

# **Cidadania, igualdade e inclusão**



## **Caro (a) trabalhador(a):**

Neste módulo, vamos estudar o tema **cidadania** e conhecer como nossos direitos foram conquistados.

Podemos estudar a cidadania de muitas maneiras. Aqui vamos conhecer o desenvolvimento da noção de cidadania, e explorar como é possível exercitá-la quando reivindicamos um direito, participamos de uma eleição para escolher o presidente do Brasil ou de uma eleição no sindicato, nos candidatamos para representar nosso bairro em um conselho público ou ingressamos em um movimento social.

Estudando a cidadania, passamos a compreender como as responsabilidades ligadas à vida em sociedade são divididas e podemos refletir sobre as melhores maneiras de contribuir para que o mundo venha a ser cada vez mais parecido com aquele que sonhamos para as próximas gerações.

É por isso que, estudando a cidadania, estamos envolvidos com o passado (a história), o presente (nosso dia a dia) e o futuro (aquilo que sonhamos).

Vamos conhecer mais!

## Unidade 1 A cidadania em construção

Você já reparou que a palavra *cidadania* está presente em muitos lugares? Às vezes, quando alguém quer se referir a uma pessoa, diz “o cidadão ali”.

Quando acessamos algum serviço público, é comum preenchermos fichas ou entrarmos em contato com documentos em que esteja escrita a palavra cidadão. Muitas vezes, durante um noticiário ou num artigo de opinião num jornal, lemos ou ouvimos falar em cidadania.

Mas o que é cidadania? Será que todas as pessoas do mundo são cidadãs?

Vamos começar do começo.

**Grécia antiga** é o nome que se dá ao período em que a civilização grega viveu um grande desenvolvimento. Tem início por volta de 2000 a.C. (antes de Cristo) e segue até 359 a.C., quando os gregos, enfraquecidos por uma série de guerras, foram derrotados por outro povo. Na Grécia antiga, ocorreu um importante avanço em muitas áreas do conhecimento humano, como as artes, a poesia, a filosofia e a política.

Apesar de a noção de cidadania ter nascido na Grécia, a palavra vem do latim, *civitas*, e designa quem habita uma cidade.

Na Grécia antiga, fazia-se uma divisão entre dois mundos: o *mundo público* e o *mundo privado*.

No *mundo público*, as ideias eram debatidas. Quando os homens faziam isso, colocavam em prática o direito de decidir o que era bom ou ruim para o grupo, para a cidade, para o mundo em que viviam.

Mas quem eram as pessoas que faziam parte dessas discussões? Os chamados cidadãos, homens livres que não exerciam nenhuma atividade manual e, embora fossem minoria, decidiam por todos.

Mulheres, escravos e estrangeiros não participavam dessas decisões, porque, para a sociedade da época, eles não tinham o direito de opinar.

No *mundo privado*, as atividades domésticas eram responsabilidade de mulheres e escravos.

E, então, a vida na Grécia antiga era igual para todos? Vamos ver mais de perto.

Os cidadãos gregos se encontravam na ágora (praça pública) para debater as questões comuns da cidade. Entre os que participavam, todos eram considerados iguais. E por isso não havia aquele “que sabia mais” ou aquele “que podia mais”. Quando algo precisava ser decidido, cada um dizia o que pensava a respeito e só então a decisão era tomada, definindo-se entre eles quem fazia o quê. Daí surgiu a chamada **democracia direta**.

Parece muito interessante e justo, não é mesmo? Mas não podemos esquecer que muitos ficavam de fora dessas tomadas de decisão! Além disso, entre os homens que participavam das decisões, oradores e filósofos tinham enorme prestígio e tomavam decisões políticas que afetavam todo o povo grego.

### Atividade 1 – Relacionando texto e imagem

Observe a pintura abaixo.



Academia de Platão, Rafael (1510 ou 1511) – Stanza della Segnatura, Vaticano.

**1** Quem aparece nela?

---

---

- 2 Pensando no que vimos até aqui e observando a pintura, registre sua opinião sobre o “mundo público” e o “mundo privado” daquela época.

---



---



---



---



---



---

**Democracia** significa que o povo é quem governa.

*Demos* = povo.

*Kratos* = poder.

Vamos voltar para a ideia de democracia. O que significa essa palavra?

A palavra **democracia** também vem do grego, povo que, como já vimos, praticava a chamada democracia direta, em que os cidadãos discutiam e tomavam decisões sobre os rumos da cidade, por meio do voto.

Os gregos ficaram também conhecidos por serem os criadores da filosofia.

### *Você já ouviu falar de filosofia?*

Filosofia quer dizer amor pela sabedoria. Os filósofos tentam entender e explicar o mundo; como são as pessoas e por que elas são como são. Tentam entender os outros, seus atos, seus pensamentos, seus sentimentos...

Fazendo perguntas, os primeiros filósofos duvidaram das verdades conhecidas. Assim, perguntavam-se: o que é a felicidade, o amor, a verdade, o conhecimento, a natureza, a virtude. Também buscam um sentido para a história, a matemática, a astronomia, a física, a medicina, a política e o comportamento. Todas essas questões foram importantes para a construção do que sabemos hoje a respeito desses assuntos e também para a formação da ciência moderna. Na Grécia, surgiram os primeiros grandes filósofos.

O filósofo grego Sócrates (nasceu em 469 ou 470 a.C. e morreu em 399 a.C.), considerado o pai da filosofia, afirmava que, para conhecer o mundo, o ser humano tinha de reconhecer sua própria ignorância. Por isso, era necessário perguntar e perguntar até chegar à verdade, ao verdadeiro conhecimento sobre alguma coisa.

## Atividade 2 – Para entender mais um pouco sobre democracia

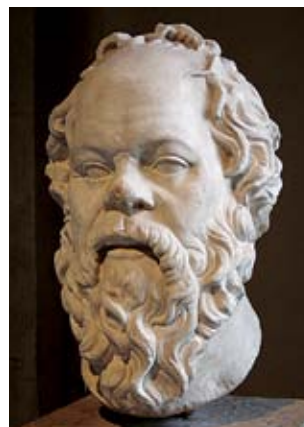
Vamos ler o texto abaixo.

### *A casa e a democracia*

*Faz algum tempo comecei a pensar como poderia ser a casa em que eu e minha família vamos morar. Fiz um desenho. Ah! ficou bonito! Tinha um jardim, uma hortinha...*

*Mas esse desenho estava só na minha cabeça. Precisava falar com minha família para saber o que todos acham dele! Nossa, que confusão! cada um queria uma coisa! E todas as ideias eram boas!*

*Então, nós tentamos fazer um desenho só, somando todas as opiniões. Se isso não desse certo, pensamos em fazer uma “eleição” para votar e escolher o “melhor projeto”.*



Reprodução de uma estátua de Sócrates, Museu do Louvre, Paris, França.

ERIC CABBA: [HTTP://EN.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/SOCRATES](http://en.wikipedia.org/wiki/Socrates)

*E foi isso que aconteceu. Cada um defendeu sua ideia e nós nos preparamos para votar!*

*Pronto! O projeto da pessoa mais jovem da casa ganhou a eleição!*

*Agora precisamos escolher quem vai se responsabilizar por cada etapa da construção.*

*Vamos começar elegendo quem será o nosso “diretor financeiro”, aquele que vai controlar os gastos e economizar para irmos comprando material de construção.*

*Lá vem mais eleição!*

- 1** No texto que acabamos de ler, os membros da família colocaram em prática a democracia, ou seja, escolheram pelo voto o projeto da casa que consideraram ser o melhor para todos.

No mundo de hoje, você acha possível reunir todos os cidadãos da nossa cidade na praça pública e ouvir a opinião de cada um, discutir e resolver os problemas da cidade? Por quê?

---



---



---



---



---

Possivelmente, você e seus colegas responderam que não seria possível ouvir e atender a todos. Uma forma de ouvir a população toda é a eleição, o momento em que escolhemos nossos representantes. Esses representantes irão resolver o que acham que é melhor para nós e por isso é muito importante pensar bem, antes de votar!

A isso chamamos **democracia representativa**.

- 2** Vamos montar um debate em sala de aula. Metade da turma discute como compreendeu a ágora – a prática da democracia direta. O outro grupo irá construir argumentos a favor da democracia representativa.

O professor irá mediar o debate de forma democrática, com tempos iguais para os dois grupos discutirem e apresentarem suas opiniões. Irá também garantir o direito de todos se manifestarem por meio dos seus representantes.

Cada grupo elegerá um coordenador (que irá anotar as ideias surgidas entre seus membros e garantir que todos possam opinar) e um representante (que apresentará as conclusões do grupo para a turma e defenderá o tipo de democracia dessa equipe).

Cada grupo discutirá as seguintes questões, organizando uma argumentação para o debate na turma:

a) Esse tipo de democracia é bom para toda a população? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

b) Quais são os pontos positivos e negativos desse tipo de democracia? Explique a opinião do grupo.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Unidade 2 Cidadão, sujeito livre

Mas o que democracia tem a ver com cidadania?

Será que existe cidadania sem participação? Sem que seja reconhecido o direito de as pessoas tomarem decisões que afetam suas vidas? Ou, ainda, sem que todos tenham suas necessidades básicas garantidas?



Vamos refletir sobre a situação hoje.

Como se sente? Você se vê como cidadão?

Sabemos que sem um trabalho remunerado, sem um salário, não conseguimos pagar as contas do mês, nem satisfazer as necessidades mais básicas: comer, morar, estudar... Ainda que se viva em condições mínimas, fica muito difícil participar de atividades sociais (encontros com amigos, festas, jogos de futebol, cinema, clubes, teatro). Não podemos fazer planos para o futuro nem conquistar novas amizades. Tudo isso abala nosso amor-próprio. Afinal, o trabalho não é apenas uma forma de ganhar a vida, mas também de conhecer pessoas, ter amigos, enfim, nos integrar à sociedade.

Ou seja, se não estamos trabalhando, nos sentimos excluídos, não é assim? Então, nos perguntamos: por que isso está acontecendo comigo? Será que me falta alguma coisa para ser um cidadão como outro qualquer? E o que me falta: qualificação profissional, estudo, curso de informática? O que mais?

Vamos refletir, por etapas, sobre as respostas a essas perguntas.



Muitas vezes, para realizar nossos desejos e fazer valer nossos direitos, temos de trabalhar. Quando não conseguimos um emprego, é comum nos sentirmos incapazes, por acreditar que alguns são “naturalmente” mais competentes, mais mercedores e, portanto, mais bem-sucedidos, enquanto outros “fracassam” porque lhes falta capacidade. Assim, acabamos pensando que as diferenças entre as pessoas são definidas pela natureza, ou seja, não dependem de nossa vontade, e, com isso, nos conformamos com nosso destino, com nossa “sorte”, como se fosse algo natural.

### *Mas afinal de contas, o que é ser cidadão?*

Temos a noção de que cidadão é aquela pessoa reconhecida pela sociedade como alguém livre, capaz de tomar decisões, que tem direitos e capaz de reconhecer que as demais pessoas também têm direitos: direito de ser respeitadas pelos amigos, parentes, colegas de trabalho; direito de votar; direito de estar bem informadas sobre a realidade do país; direito à saúde, à educação etc.

Vamos ver como isso funciona na prática.

## Atividade 1 – A cidadania em cena

Vamos fazer uma dramatização, criar uma peça de teatro. Vocês serão atores, mas, antes disso, é preciso muito trabalho: escrever o texto da peça, as falas de cada um, ensaiar a apresentação.

A classe irá formar quatro grupos. Assim, assistiremos a quatro peças diferentes!

Qual é a ideia? Cada grupo irá escolher um tema (saúde, educação, eleição, respeito etc.) e representar uma situação relacionada à **cidadania**.

Quer um exemplo? “Meu grupo escolheu representar um dia no pronto-socorro do hospital do bairro.”

Vamos por partes.

- 1 Escolha o tema com seus colegas de grupo, exercitando a democracia e o respeito.
  - 2 Discutam, em primeiro lugar, como será a situação toda, para depois pensar em cada fala.
  - 3 Definam quem fará cada papel e comecem a preparar as falas e a ensaiar a apresentação.
- Agora é o momento de apresentar a peça de vocês!

### **Teatro do saber** Em cartaz *A cidadania em cena*



MÁRCIO FERNANDES/AGÊNCIA ESTADO

## Unidade 3 Os direitos

O *Dicionário Houaiss* define a palavra **direito** como: “aquilo que é facultado a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos por força de leis ou dos costumes”.

O direito é uma **faculdade**. Isso significa dizer que os direitos foram conquistados no decorrer do tempo. Passou-se muito tempo para que os seres humanos decidissem viver segundo **normas** e **leis**.

Vivendo em sociedade, seguimos normas e leis que já existiam antes de nascermos. E se não concordamos com as normas e leis que existem? Podemos procurar formas e espaços (associação de moradores, sindicatos, partidos políticos etc.) para sugerir outras normas e leis. É assim que elas mudam ao longo do tempo, com as pessoas que se preocupam com as mesmas questões se organizando e agindo para fazer valer o que elas pensam ser o melhor para a vida em sociedade.

É por isso que ter **cidadania** não é apenas seguir as normas e leis que existem, mas também participar da formulação e realização de novas normas e leis, discutindo-as e refletindo sobre elas.

Nenhuma das conquistas dos seres humanos por liberdade e igualdade aconteceu do dia para a noite. As igualdades no mundo foram resultado de muita luta pelos que não tinham os mesmos direitos que os outros.

E não podemos esquecer que a luta por direitos depende das “vontades” de um povo, daquilo que ele acha importante conquistar (ou evitar); ou seja, os direitos têm relação com os **valores** de cada sociedade.

Todos nós temos alguma ideia a respeito da sociedade, da política, das atitudes consideradas certas ou erradas em nossa época, os chamados **valores**.



## O que são valores?

Quando pensamos em valor, quase sempre nos vem à mente: “deve ser o preço de alguma coisa”. Mas será que quando falamos em valor só tratamos dos “preços das coisas”?

Podemos compreender valor pensando também naquilo que consideramos certo ou errado, verdadeiro ou falso, bom ou ruim, bonito ou feio, importante ou não. Todos nós, portanto, temos valores que vamos construindo em nossa vida.

Existem valores de todos os tipos: éticos (moral), estéticos (artes), econômicos (dinheiro, bens, trabalho), intelectuais (conhecimento), políticos (poder, governos), entre outros. E também temos valores pessoais e individuais, que nem sempre são os mesmos do grupo com o qual convivemos.

Mas uma coisa é certa: nunca estamos sozinhos em nossas opiniões; sempre existem pessoas que pensam como nós.

Vamos ver um exemplo do que são valores? Quando julgamos as atitudes de alguém, sempre o fazemos em nome de determinado valor. Pense na seguinte situação: uma pessoa, para “subir na vida” (ter uma promoção no trabalho), bajula o chefe e faz intriga, cria um diz que diz, com seus colegas de trabalho. Criticamos ou concordamos a atitude dela em nome de determinado valor.

Como estávamos falando, os direitos dos cidadãos foram sendo constituídos ao longo da história. Eles estão divididos em:

**Direitos civis** – englobam liberdade individual, liberdade de palavra, pensamento e fé, liberdade de ir e vir, direito à propriedade, direito de firmar contratos e direito à justiça.

**Direitos políticos** – garantem a possibilidade de eleger e de se eleger para cargos políticos ou para fóruns de decisão. Mas também asseguram o direito de participar das decisões políticas do país, por meio do voto.

**Direitos sociais** – têm como objetivo garantir um mínimo de igualdade entre as pessoas; assim, tenta-se garantir justiça social, por meio do acesso à educação, à moradia, à saúde, aos direitos trabalhistas, entre outros.

Para fazer valer esse conjunto de direitos (civis, políticos e sociais), existem três poderes que organizam a sociedade. São eles:

**Poder Legislativo** – sua responsabilidade é fazer leis para a União (o Brasil), os estados e os municípios. São as assembleias legislativas, câmaras de vereadores e o congresso nacional, formado pela câmara federal e pelo senado.

**Poder Executivo** – os órgãos do poder Executivo “tiram as leis do papel”, isto é, executam as leis. Assim, por exemplo, se o Poder Legislativo cria uma lei que diz que os estados devem fazer programas de qualificação profissional, nessa lei também se define quem é o órgão responsável por fazer esse programa acontecer; cabe ao Poder Executivo colocar o programa em prática.

**Poder Judiciário** – delibera, ou seja, age sobre as questões em que há conflito. Assim, por exemplo, se um trabalhador sentiu-se lesado, prejudicado numa relação profissional em seu trabalho, o juiz do trabalho, que julga baseado na legislação trabalhista, irá decidir quem tem razão na situação, o patrão ou o trabalhador.

No sistema democrático, qualquer cidadão pode fazer parte dessas estruturas que organizam a sociedade.

E quem faz parte desses três poderes?



ALAN MARQUES/FOLHA IMAGEM

Na praça dos Três Poderes, Oscar Niemeyer e Lucio Costa – idealizadores de Brasília (a capital do Brasil) – representaram os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Poder	Quem compõe esse poder	Forma de ingresso
Executivo	Presidente da República (União) Governador (estado) Prefeito (município)	Voto
Legislativo	Senadores (União) Deputados federais (União) Deputados estaduais (estado) Vereadores (município)	Voto
Judiciário	Juízes, magistrados, promotores etc.	Concurso público

### *Sempre foi assim no Brasil?*

O Brasil era uma colônia e vivia da agricultura – especialmente da plantação de cana-de-açúcar – na época em que países como a Inglaterra já estavam se industrializando. Nessa época, o Brasil era um grande produtor agrícola para o mercado europeu, e essa produção estava baseada no trabalho escravo. A escravidão durou do século 16 (XVI) – que vai de 1501 até 1600 – até o final do século 19 (XIX) – que vai de 1801 a 1900. No regime de escravidão, nem se podia pensar em cidadania, porque nada era permitido ao escravo. Ele não tinha nenhum tipo de direito, nem mesmo sobre o próprio corpo, que era vendido como uma mercadoria.

Depois da Abolição da Escravatura, em 1888, o trabalho escravo foi substituído pelo dos imigrantes europeus, trabalhadores que vinham da Itália, da Espanha, de Portugal, do Japão e de outros países para tentar ganhar a vida no Brasil.

No início do século 20 (XX) – que vai de 1901 a 2000 –, alguns anos depois da Proclamação da República do Brasil (1889), o **direito ao voto** passou a ser garantido por lei. Porém, os fazendeiros – que tinham grande poder sobre a economia, a política e a sociedade da época – ordenavam em quem os empregados deveriam votar (o chamado **voto de cabresto**).



Gravura de J. M. Rugendas, *Negros novos*, 1835.

Os direitos trabalhistas só foram reconhecidos pelos políticos e se tornaram leis depois de 1930, no governo Getúlio Vargas, com total controle do Estado. Depois da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, o Brasil foi se industrializando cada vez mais. Os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a atrair trabalhadores do campo em busca de trabalho.

Nessa época, ocorreu um grande avanço dos direitos sociais no Brasil. Em relação aos direitos trabalhistas, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que reúne diversas leis de proteção ao trabalhador, com direitos que existem até hoje, como 13º salário e férias.

## A cidadania recente

Entre 1964 e 1984, o Brasil viveu sob o regime de uma ditadura militar, ou seja, os militares governavam o país. Nesse período, os direitos políticos – entre eles, o voto – foram negados para a maioria da população.

Em 1984 teve início outra fase da construção da cidadania no Brasil. Entre esse ano e 1987, houve uma intensa movimentação no país em favor da volta da democracia, sendo um de seus principais marcos a campanha das **Diretas Já**, que levou centenas de milhares de brasileiros às ruas. A primeira eleição direta para presidente da República, depois da ditadura, aconteceu somente em 1989.

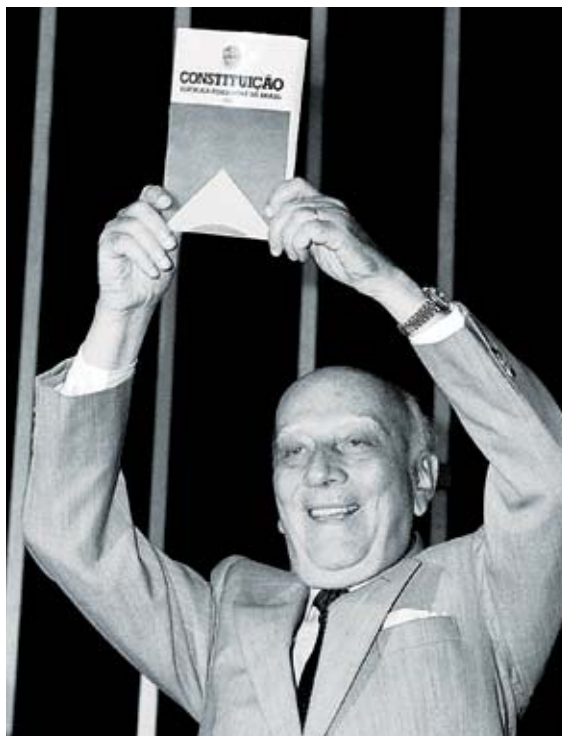
Em 1986, uma nova campanha organizou a população. Foi o movimento a favor da elaboração de uma nova Constituição (conjunto de leis que regem o país).



Praça da Sé, em São Paulo, durante a campanha das Diretas Já, em 1984.

### Você sabe o que é Constituição?

A Constituição (ou Carta Magna) é um documento que define como o país vai ser organizado, suas formas de poder e o acesso de cada cidadão aos seus direitos.



FERNANDO BIZERRA/SEFOT/SECOM

Ulysses Guimarães na cerimônia de promulgação da Constituição de 1988.

Durante mais de um ano, os deputados e senadores recém-eleitos discutiram e trabalharam na redação desse documento, que tem como preocupação central os direitos do cidadão. Aprovada em 1988 e válida até hoje, essa Constituição é avançada e democrática em relação à garantia dos direitos civis, políticos e sociais a todos os cidadãos brasileiros.

Entre outros pontos importantes, a Constituição de 1988:

- ampliou o direito de votar a todos os brasileiros com mais de 16 anos de idade. Esse foi um grande ganho da população na conquista dos direitos políticos. Quem não sabe ler e escrever, tem menos de 18 anos ou mais de 70 anos escolhe se quer ou não votar;
- garantiu a volta das eleições diretas;
- determinou que aposentadorias e pensões não poderiam ser inferiores a um salário mínimo;
- instituiu o direito ao recebimento de um salário mínimo às pessoas com deficiência e às pessoas maiores de 67 anos que vivem em famílias com **renda per capita** inferior a um quarto ( $\frac{1}{4}$ ) de salário mínimo.

**Renda per capita** é a soma dos rendimentos de todos os membros da família dividida pelo número total de pessoas que a compõe.

## Atividade 1 – Voto e cidadania

Houve um tempo em que as mulheres e os analfabetos não podiam votar. Pensando no tema deste módulo, a cidadania, qual é a sua opinião a esse respeito? Registre aqui o que acha.

---

---

---

---

---

## Atividade 2 – Sobre a Constituição brasileira

Forme um grupo de quatro ou cinco pessoas e discuta com elas os seguintes artigos da Constituição:

*Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*

*[...]*

*Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000.)*

Escreva em seu caderno a opinião do grupo.

Apontamos alguns exemplos que mostram que a Constituição brasileira é bastante avançada no que se refere aos direitos do cidadão. Mas só ela não basta para a construção de uma sociedade democrática. É preciso que as leis saiam do papel e sejam aplicadas de fato.

## Unidade 4 **Falando de direitos humanos**

Observe seus colegas de sala. Tente perceber as diferenças: na sala há homens e mulheres? Jovens que estão começando a trabalhar, pessoas com mais experiência? São brancos, negros, pardos, amarelos?



As características de cada pessoa, ao mesmo tempo em que a tornam diferente de milhões de tantas outras, também a aproximam e a identificam com outras milhões, estabelecendo, desse modo, as diferenças e as semelhanças que marcam nossa sociedade. Somos diferentes, mas isso deve ser tratado com respeito, pois temos direitos iguais.

Você já ouviu falar que existe uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é válida para todos os cidadãos?

Leia o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.*

Como vimos, os direitos da cidadania (civis, políticos e sociais) estão relacionados ao fato de a pessoa que tem os direitos (o cidadão) ser membro de um Estado (um país organizado). Cada povo teve suas próprias conquistas em relação à cidadania e aos direitos que são reconhecidos nos locais onde vivem.

Ou seja, pensando nas normas e leis, há direitos que são reconhecidos para os cidadãos no Brasil e que não podem ser exercidos pelos cidadãos de outros países. Vamos ver um exemplo: no Brasil as pessoas podem seguir a religião que quiserem, sem a interferência dos governos. Mas há países onde isso não é possível. Dizemos, em relação ao Brasil, que o Estado é laico.

Infelizmente, apesar do que dizem as leis, a negação dos direitos da cidadania e a perseguição de grupos de pessoas que não seguem determinadas doutrinas ou mesmo que têm padrões de comportamento diferentes da maioria (e ainda acontecem) em várias partes do mundo e por motivos diversos.

A arte expressou de diversas maneiras a negação dos direitos. Há vários filmes que retratam momentos históricos ou situações em que houve a perseguição de grupos e a discriminação de pessoas. Você pode assistir a alguns deles.

- *Trem da vida* (direção de Radu Mihaileanu, 1998) – trata da perseguição de judeus e ciganos pelos nazistas;
- *A cor púrpura* (direção de Steven Spielberg, 1985) – retrata o preconceito contra negros e mulheres nos Estados Unidos no início do século 20;
- *Persépolis* (direção de Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, 2007) – filme de animação que trata da história de uma jovem iraniana durante a Revolução Islâmica, em 1979.
- *Pipas no ar* (direção de Paulo Baroukh, 2006) – documentário que aborda a inclusão de pessoas com síndrome de Down.

Por meio da pintura, alguns artistas também manifestaram sua indignação com as desigualdades sociais e políticas e a discriminação de grupos em razão de suas particularidades (etnia, opção política, orientação sexual, forma de pensar etc.) Veja, por exemplo, o quadro *Guernica*, pintado por Pablo Picasso, que retrata a Guerra Civil Espanhola contra a ditadura de Franco.

Pablo Picasso foi perseguido pelas tropas do general Franco (que chamamos de regime franquista). Ao prendê-lo, os policiais perguntaram a Picasso: “Quem pintou *Guernica*?” E ele respondeu: “Foram vocês!”. (Veja imagem na página seguinte.)



*Guernica*, de Pablo Picasso, 1937. Museu Rainha Sophia, Madri, Espanha.

Na Europa, durante a primeira metade do século 20, ou seja, de 1901 a 1950, regimes autoritários tomaram o poder em vários países. Um desses países foi a Espanha. Mas para que isso acontecesse, os ditadores que governavam tiveram que lutar com grande parte da população civil, conforme mostra o quadro *Guernica* de Picasso.

Veja também o quadro *Três de maio*, do pintor espanhol Francisco de Goya, que mostra soldados franceses executando os cidadãos espanhóis em 1808, como resposta aos atentados contra Napoleão Bonaparte.



A tela *Três de maio*, de Goya, foi pintada em 1814 e está no Museu do Prado, em Madri.

E na música? Há várias delas que tratam do tema dos direitos humanos.

*Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque e Augusto Boal, é uma das canções que tratam dos direitos das mulheres.

## Atividade 1 – Os direitos das mulheres na canção

Forme um grupo com três ou quatro colegas. Vocês vão pesquisar na internet, durante a aula de informática, a letra da música *Mulheres de Atenas*, assim como videoclipes dela interpretada por Chico Buarque. Anotem as palavras que vocês não conhecem e consultem seus significados no dicionário.

- 1** Por meio da música, é possível imaginar as relações entre as mulheres e os homens de Atenas, uma cidade grega, durante a Antiguidade. Você acha que havia igualdade entre eles? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---



Representação de mulheres gregas.



## Os direitos das mulheres

Os direitos humanos são inseparáveis das pessoas, independentemente de sua cultura, nacionalidade, sexo, orientação sexual, cor, raça, etnia, classe social, faixa etária etc. Ou seja, independentemente de qualquer coisa, uma pessoa, pelo simples fato de ser humana, é titular de direitos.

Isso vale para qualquer pessoa. Pelo menos deveria valer, não é?

Alguns direitos humanos foram criados exclusivamente para as mulheres. Isso não é um privilégio, mas uma necessidade, já que ainda há muita discriminação sexual na nossa e em outras sociedades.

Quando se fala em direitos das mulheres, o que se pretende é que elas tenham oportunidades iguais, tratamentos iguais e direitos iguais aos de todos os cidadãos. Quando as mulheres conquistam seus direitos, os homens não os perdem.

No mercado de trabalho, as mulheres, cada vez mais, têm ocupado espaços antes considerados só dos homens. Apesar disso, a desigualdade entre homens e mulheres, tanto em relação aos cargos ocupados nas empresas, como em relação aos salários (geralmente as mulheres recebem remuneração inferior à dos homens que ocupam o mesmo cargo), ainda é uma realidade a ser combatida. E isso não só no Brasil, mas na maioria dos países.



JORGE ARAÚJO/FOLHA IMAGEM



AFP/GETTY IMAGES

Marta Vieira da Silva, jogadora da seleção brasileira feminina de futebol, foi eleita a melhor jogadora do mundo pela Fifa duas vezes: em 2006 e 2007. Nas Olimpíadas de Pequim, em 2008, foi medalha de prata.



Ketleyn Quadros é judoca e ganhou medalha de bronze nas Olimpíadas de Pequim, em 2008. Ela foi a primeira mulher brasileira a conseguir uma medalha em um esporte individual.

Mas se elas estão conquistando espaços – e não somente no esporte, mas também na política e na vida profissional – como os seus direitos ainda são desrespeitados?

A violência contra a mulher é a principal violação dos direitos humanos das mulheres. É quando uma mulher sofre violência simplesmente por ser mulher. Esse tipo de violência acontece em todos os países do mundo, com mulheres de todas as classes sociais, ricas e pobres.

O que torna essa violência ainda mais cruel é o fato de que a maioria das mulheres sofre essa violência dentro de casa, o que é chamado de violência doméstica. Muitas mulheres não denunciam a violência por medo, vergonha, por se sentirem culpadas por sofrerem agressões ou por acharem que isso não mudará sua situação. Mas é muito importante denunciar, porque somente assim os culpados poderão ser identificados e impedidos de repetir os mesmos abusos!

Em 7 de agosto de 2006, as mulheres conquistaram uma grande vitória no Brasil. A Lei nº 11.340, conhecida como **Lei Maria da Penha**, criou mecanismos para proteger as mulheres da violência. Essa lei, em seu artigo 2º, diz:

*Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.*

Essas palavras não nos lembram as do artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que lemos no início desta unidade? Então por que precisa haver outra lei que afirma a mesma coisa?

Porque a Lei Maria da Penha tem o objetivo de efetivar esses direitos, obrigando o poder público a desenvolver:

*políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Artigo 3º, § 1º)*

Isso significa que devem existir centros de atendimento integral, delegacias da mulher, casas-abrigo (para as mulheres que estão correndo risco de vida) e campanhas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

### Por que essa lei chama Lei Maria da Penha?

Maria da Penha Maia Fernandes era casada com um homem que a agredia fisicamente e a ameaçava constantemente. Ela tinha medo que o marido a matasse se ela pedisse a separação, por isso continuava casada. Em 1983, ela levou um tiro do seu, então, marido, que a deixou paraplégica e foi, mais uma vez, ameaçada de morte. Então, decidiu separar-se e denunciar o marido.

Quinze anos se passaram e ele continuava livre, o que representava um risco para a vida de Maria da Penha e de outras mulheres. Organizações de mulheres denunciaram a tolerância do Estado brasileiro com a violência doméstica sofrida por Maria da Penha, pelo fato de não ter adotado, por mais de 15 anos, medidas efetivas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias da vítima. O ex-marido foi, finalmente, preso em outubro de 2002, quase 20 anos depois da tentativa de assassinato. Por isso, a luta de Maria da Penha tornou-se um símbolo do movimento de defesa dos direitos das mulheres.



Maria da Penha Maia Fernandes.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas, são direitos das mulheres:

- direito à vida;
- direito à liberdade e segurança pessoal;
- direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação;
- direito à liberdade de pensamento;
- direito à informação e à educação;
- direito à privacidade;
- direito à saúde e proteção da saúde;
- direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família;
- direito de decidir ter ou não filhos, e quando os ter;
- direito aos benefícios do progresso científico;
- direito à liberdade de reunião e participação política;
- direito a não ser submetida a torturas ou maus-tratos.

### Atividade 2 – A informação contra a violência

**1** Durante as aulas de informática, pesquise endereços que podem ajudar as mulheres que sofrem algum tipo de violência: delegacias das mulheres, grupos de apoio etc.

Traga esses endereços para colocar no mural da classe e tenha-os sempre com você. Devemos estar preparados para fazer valer nossos direitos e ajudar outras pessoas a fazê-lo.

**2** Pesquisem mais sobre violência contra a mulher no *site* [www.leimariadapenha.com](http://www.leimariadapenha.com). Comente uma notícia do *site* que achou interessante compartilhar com o grupo.

## Direitos humanos e racismo

Seres humanos têm raça? Durante muitos anos, a ciência procurou conhecer e comprovar as diferenças entre as raças humanas. Desse ponto de vista, os negros seriam uma raça, os indígenas seriam outra raça, os brancos uma terceira, os orientais seriam outra e assim por diante.

Com o desenvolvimento das ciências, as teorias sobre raças começaram a ser questionadas. As teorias sobre raças, na verdade, serviram para justificar desigualdades. Por exemplo: afirmava-se que índios e negros podiam ser escravizados por causa dos seus hábitos, a cor de sua pele, tipo de cabelo, traços físicos etc. Na época, com base nessas “diferenças”, os europeus alegavam que esses povos eram inferiores aos brancos, com seus cabelos lisos, olhos claros e outros hábitos e costumes.



### Atividade 3 – Racismo no cotidiano

Vamos refletir sobre expressões que usamos no dia a dia sem pensar. Muitas vezes, ouvimos e falamos frases que indicam discriminação e preconceitos. Por exemplo: “Xi! A coisa ficou preta!”.

Vamos formar duplas para ler e refletir sobre as frases abaixo.

- Fulano tem cabelo ruim.
- João tem um pé na cozinha.
- Meu vizinho é preto de alma branca.
- Lugar de mulher é na cozinha.
- Mulher no volante, perigo constante.

Além dessas expressões vocês se lembram de outras?

Reflitam:

**1** Vocês acham que a cor da pele, o tipo de cabelo, o gênero (masculino e feminino) ou a opção sexual têm alguma influência sobre a inteligência ou a capacidade de uma pessoa? Por quê?

---



---



---



---



Convoi d' Esclaves au Soudan, de G. Julien, 1864.

COLLECTION ROGER-VIOLETTE/AFP

2 Vocês já se sentiram discriminados ou diminuídos por alguma característica física?

---



---



---



---



---

Você sabia que racismo é crime? E que não se pode pagar fiança para ser solto da prisão por esse crime?

Leia esta notícia.

***O racismo em jogo: jogador do Quilmes é preso!***

*No jogo de futebol entre o São Paulo e o Quilmes, disputando o campeonato da Libertadores da América, o zagueiro argentino Desábato foi preso, após a partida, por ter usado expressão racista contra o centroavante tricolor Grafite.*

*O caso teve repercussão internacional.*



Jogador Desábato preso por racismo.

**O racismo**

A ideia de raça serviu aos interesses dos poderosos por muito tempo.

Nos Estados Unidos, desde a abolição da escravidão, os afro-americanos eram tratados como inferiores e, por isso, se destinava a eles apenas o trabalho braçal e perigoso, assim como quando ainda eram escravos. Os negros não tinham direitos civis nos Estados Unidos até os anos 1960, ou seja, não tinham direito ao voto, à saúde, à educação, nem a se manifestar publicamente.

Esse regime recebeu o nome de segregação racial, o que quer dizer que a lei determinava que deveria haver espaços só para negros e

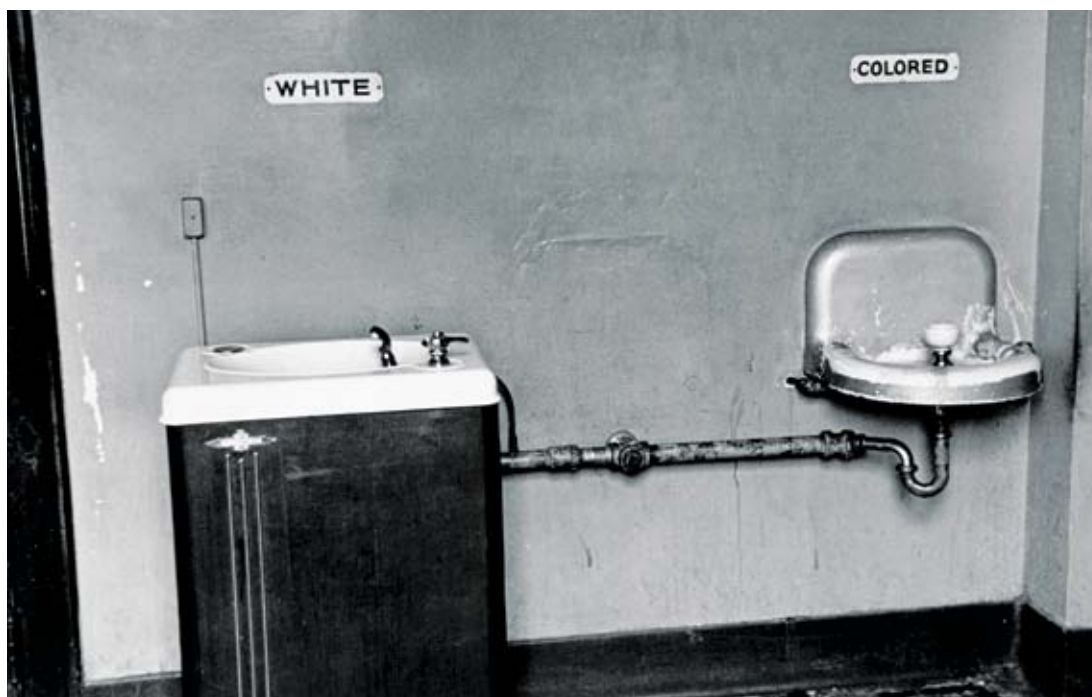
espaços só para brancos. Os negros só podiam andar nos fundos dos ônibus, deveriam frequentar escolas só para negros (muito piores e com menos equipamentos que as destinadas aos brancos), morar em bairros separados, mais distantes das regiões centrais e sem infraestrutura, chamados guetos. Também não tinham acesso a vários serviços públicos, pois isso estava determinado nas leis.

Há um banco de dados no senado americano com diversas fotos sobre o racismo.

A foto reproduzida abaixo foi tirada nos anos 1930, nos Estados Unidos, e mostra dois bebedouros: o da esquerda, escrito *white* (branco, em inglês), destinado às pessoas brancas, e o da direita, escrito *colored*, às pessoas negras.

Foram necessárias muita luta e muitas manifestações para que a população negra tivesse reconhecidos os mesmos direitos que as pessoas brancas.

Assim como nos Estados Unidos, a população negra da África do Sul recebia um tratamento diferenciado e muito pior que o da população branca. Não tinha direitos civis, sociais nem econômicos, de modo que os negros não eram considerados cidadãos. Na África do Sul, as leis raciais recebiam o nome de *apartheid*, que quer dizer apartar, separar. Elas foram implantadas em 1948 e só foram abolidas em 1990. Apenas em 1994 foram realizadas eleições livres. Vale a pena lembrar que a população negra na África do Sul era e é muito maior que a branca: 7 em cada 10 pessoas eram negras, ou seja 70% da população.



ELLIOT ERWITT/MAGNUM PHOTOS/LATINSTOCK

Bebedouros separados para brancos (white) e negros (colored) nos Estados Unidos na década de 1930.



Esta foto retrata o protesto contra o *apartheid*, em Pretória, África do Sul, ocorrido em 1961.

### **E no Brasil?**

No Brasil, uma pesquisa realizada em 2003 mostrava que 87% dos brasileiros consideraram que o país é racista; mas só 4% das pessoas entrevistadas se consideraram racistas. Como pode ser isso? De que maneira um país pode ser considerado racista se as pessoas não se consideram racistas?

### **Atividade 4 – Racismo no Brasil**

Levando em consideração tudo isso que conversamos, você acha que existe racismo no Brasil? Se sim, como esse racismo se revela?

---

---

---

---

---



## Unidade 5 Exercitando a cidadania

### *Só quem trabalha é cidadão?*

No Brasil, durante o período do Estado Novo (governo autoritário que se estendeu de 1937 a 1945), os direitos de cidadania estavam associados ao fato de o brasileiro ou a brasileira serem trabalhadores.

Naquela época, quando uma pessoa era encontrada vagando sozinha pela rua e a polícia a parava, ela tinha que mostrar a sua carteira de trabalho assinada, para provar que era trabalhadora e, portanto, cidadã. Os que não tinham carteira assinada corriam o risco de ser presos por vadiagem.

A carteira de trabalho também era condição para ter acesso a alguns serviços públicos, como assistência médica e previdenciária, que só era um direito assegurado aos que trabalhavam.

Essa situação permaneceu inalterada até pouco tempo. Hoje, mesmo que a igualdade perante a lei esteja assegurada, independentemente da sua condição social, ou de onde a pessoa mora, ou da cor da pele, há direitos que ainda não são uma realidade para toda a população. Por exemplo, enfrentamos questões como: falta de moradia, ausência de saneamento básico, dificuldade de acesso a determinados serviços médicos e problemas relacionados à segurança da população.

Hoje, existem muitas alternativas de participação ativa e direta que possibilitam à população pensar e criar, coletivamente, formas de enfrentar problemas sociais como aqueles que citamos acima.

Vamos conhecer algumas dessas formas de participação.

### **Conselhos de Gestão das Políticas Públicas**

A Constituição de 1988 determinou, entre outros direitos, que a gestão das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente, entre outras, deveria contar com a participação direta da população.

Essa participação acontece por meio de Conselhos, em que representantes dos governos e de diferentes grupos da sociedade discutem, juntos, temas importantes dessas políticas.

Vamos ver um exemplo. O Condeca-SP – Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo foi criado no dia 21 de outubro de 1992 pela Lei Estadual

nº 8.074/92. Em seguida, foram criados CMDCAs – os Conselhos Municipais de Direitos. Participam do Condeca-SP 40 pessoas, das quais 20 são representantes da sociedade e 20 são representantes do governo. Desde o seu surgimento, o conselho vem propondo intervenções, projetos e parcerias na área da infância e juventude e apoiando os conselhos municipais de todo o estado.

Uma das ações do Condeca foi o “Pacto São Paulo Contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, que trata da “construção de uma rede de proteção à criança e ao adolescente em todo o Estado e a capacitação dos agentes fundamentais (médicos, policiais, educadores, professores etc.) para melhor identificação e encaminhamento dos casos de maus-tratos” ([www.condeca.sp.gov.br](http://www.condeca.sp.gov.br)).

Mas fique atento: esses Conselhos só começaram a existir porque grupos organizados da sociedade lutaram pelo direito de participar das decisões sobre como as políticas públicas deveriam se organizar e como deveriam funcionar.

Para participar dos Conselhos de Gestão das Políticas Públicas você precisa estar ligado a algum movimento que tenha como objetivo defender os direitos relacionados a saúde, educação, assistência social, meio ambiente etc.

Os participantes dos Conselhos – chamados de conselheiros – são eleitos para essa atuação e se renovam de tempos em tempos, em geral a cada dois anos.

Normalmente, os conselheiros ligados à sociedade civil são eleitos dentro do próprio movimento que representam. Isso depende do regimento interno de cada Conselho, que define os critérios de eleição desses representantes. Por sua vez, os conselheiros representantes do governo geralmente são indicados pelas secretarias que representam.

Procure mais informações a respeito dos Conselhos na internet.

## **Sindicatos e associações de classe**

Outra possibilidade de enfrentamento de situações de injustiça social é a participação direta dos trabalhadores em seus locais de trabalho.

A maioria das profissões conta com um sindicato. Há, por exemplo, o sindicato dos metalúrgicos, dos bancários, dos empregados domésticos, dos professores, dos trabalhadores do comércio e mesmo dos trabalhadores autônomos.

Muitos dos direitos dos trabalhadores que se tornaram leis – como 13º salário, licença-maternidade de 4 a 6 meses (mesmo em casos de adoção), licença-paternidade, obrigatoriedade da empresa de fornecer equipamentos de segurança coletiva e individual aos trabalhadores, entre outros – foram conquistados graças à luta desses sindicatos ou associações de classe.

Muitas pessoas acreditam que os movimentos sindicais ganharam força somente a partir da década de 1970. Mas você sabia que, muito antes disso, esses movimentos já existiam? Leia este trecho do texto do Sintrafesc (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal de Santa Catarina):

*Talvez um dos pontos mais significativos da fase inicial de todo o sindicalismo brasileiro tenha sido a famosa greve de 1917, que paralisou a cidade de São Paulo e envolveu 45 mil pessoas. O governo convocou tropas do interior e 7 mil milicianos ocuparam a cidade. O ministro da Marinha enviou dois navios de guerra para o porto de Santos. A repressão foi total sobre os trabalhadores. Num dos choques com a polícia, foi assassinado o operário sapateiro Antonio Martinez. Mais de 10 mil pessoas acompanharam o enterro.*

Para ler o texto na íntegra, acesse: <http://j.mp/sert2006>.

## Associações de bairro

Muitos cidadãos se unem nos seus bairros para identificar os problemas locais e, juntos, buscar alternativas para solucioná-los.

Por exemplo, em um bairro distante que é servido por poucas linhas de ônibus, os associados podem se unir e organizar um abaixo-assinado para encaminhar aos

órgãos responsáveis solicitando a ampliação do sistema de transporte naquela localidade. O mesmo pode ocorrer se essa região enfrenta problemas com a coleta de lixo, iluminação das ruas, falta de vagas nas escolas, transbordamento de córregos que causam enchentes etc.

Além de pensar nos problemas do bairro, esse tipo de associação comunitária pode organizar festas, pensar como aproveitar melhor uma área livre, tornando-a uma área de lazer, fazer campanhas de apoio para seus próprios moradores ou de bairros vizinhos.



## Atividade 1 – Cidadania no bairro

Em grupos de quatro pessoas, troque informações com base nas respostas às questões abaixo.

- 1 O bairro onde vocês moram possui uma associação de moradores? Como ela funciona?
- 2 Se existe, responda: você costuma participar das reuniões dessa associação? Por quê?
- 3 Caso não exista uma associação de moradores: como vocês acham que poderiam criar uma? Qual seria seu papel no bairro? E na sociedade?
- 4 Ainda em grupos, utilizando um *site* de busca, na internet, pesquise sobre como criar uma associação de moradores. Você deverá encontrar informações sobre os documentos necessários, organização do estatuto, custos etc.

## Movimentos organizados em defesa de direitos de grupos discriminados (mulheres, negros, homossexuais etc.)

Pessoas ou grupos da população que vivenciam situação de discriminação ou preconceito muitas vezes resolvem unir-se, formando movimentos organizados em defesa de seus direitos.

Vimos um exemplo da atuação desses movimentos no caso da Lei Maria da Penha, que foi criada graças à luta de vários grupos de defesa dos direitos das mulheres.

O mesmo aconteceu com a conquista do Dia da Consciência Negra – fruto da ação de diversos movimentos de combate ao racismo, que se uniram por essa causa – e do Dia do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), organizado e conquistado pela mobilização de vários movimentos contra a discriminação.

Muitas vezes esse tema é tratado de forma jocosa, o que só aumenta o preconceito em relação a negros, mulheres, homossexuais etc.

Você sabia que existe uma lei estadual que combate a discriminação contra homossexuais? É a Lei nº 10.948/2001. O cidadão ou a cidadã homossexual, bissexual, travesti ou transexual que for vítima de discriminação pode apresentar denúncia à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. Para obter mais informações, acesse o *site*: [www.justica.sp.gov.br](http://www.justica.sp.gov.br).

Vamos encerrar este módulo ouvindo e cantando a música *Comida* dos Titãs, de 1987, composta por Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

Para assistir à apresentação da música, acesse o *site*:

<http://j.mp/sert2007>.



NESTE VOLUME:

**Aprender a aprender**  
**O uso da informação no dia a dia**  
**Cidadania, igualdade e inclusão**

REALIZAÇÃO:



SECRETARIA DO EMPREGO  
E RELAÇÕES DO TRABALHO

